

03.dezembro.2014 – 11h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Associação Nacional de Estudantes de Medicina (ANEM)
Duarte Sequeira (Presidente) e Pedro Diogo (Vice-Presidente)

Recebidos por: Deputados Pedro Pimpão (PSD), Duarte Marques (PSD), Laura Esperança (PSD), Rosa Arezes (PSD), Acácio Pinto (PS), Inês de Medeiros (PSS) e Diana Ferreira (PCP).

Assunto: Planeamento integrado da formação médica em Portugal

Exposição: O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) apresentou as boas vindas aos representantes da Associação Nacional de Estudantes de Medicina (ANEM) e convidou-os a fazerem a respetiva exposição.

Os membros da delegação fizeram uma apresentação das várias questões que justificaram o pedido de audiência, cuja síntese pode ser consultada na [página internet da Comissão](#). Referiram, em síntese, que se assiste, atualmente, a um agravamento das condições pedagógicas das Escolas Médicas portuguesas, resultando esta deterioração do progressivo esgotamento dos recursos humanos e materiais destas Escolas, tendo em consideração o elevado número de estudantes a frequentar os cursos médicos em Portugal.

Consideraram existir um desajuste do número de ingressos anual, entendendo que tem inevitáveis repercussões na qualidade da formação prestada pelas Escolas Médicas, e afirmaram que Portugal não apresenta um excesso de médicos, mas antes uma distribuição desequilibrada dos mesmos no território nacional. Recordaram, ainda, a Petição que a ANEM levou a cabo durante o ano de 2012, que deu origem à Recomendação nº 83/2013 da Assembleia da República, aprovada a 31.05.2013, relativa ao planeamento integrado da formação médica em Portugal.

Apresentaram, por último, a proposta de criação de uma comissão, em articulação com o Ministério da Educação e Ciência e o Ministério da Saúde e com a participação dos estudantes, para analisar a adequação do *numerus clausus* atualmente em vigor, de forma a gerir racionalmente a formação médica, devidamente adaptada à capacidade formativa instalada em Portugal e às necessidades dos portugueses.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Duarte Marques (PSD), que felicitou os representantes da ANEM pela qualidade da apresentação e referiu-se à má distribuição dos médicos pelo país, entendendo, no entanto, que não é possível a fixação destes profissionais no interior através de mecanismos legais, podendo apenas ser criados incentivos. Disse reconhecer a possibilidade de existir atualmente um excesso de vagas face às necessidades do mercado de trabalho nos próximos anos, considerando importante um reajustamento das vagas, nomeadamente em Coimbra e no Porto, em que o número é excessivo face à capacidade das escolas. Considerou, por último, que a ANEM deveria exigir um aumento do número de vagas no internato médico, para que mais alunos possam prosseguir a sua formação. Afirmou que nem todas as instituições sofreram cortes nos seus orçamentos

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) agradeceu a exposição e defendeu que a solução para o problema não passa pela diminuição do número de vagas. Considerou que não há excesso de médicos em Portugal, tendo, a este propósito, lembrado que só no distrito do Porto existem mais de 200.000 utentes sem médico de família. Referiu-se ainda às opções políticas dos sucessivos Governos, de encerramento de valências nos hospitais e centros de saúde, e defendeu a necessidade de aumentar o financiamento no ensino superior e de serem criados mecanismos para serem dadas as respostas de que as populações precisam. Por último, considerou fundamental garantir o internato médico a todos os estudantes, entendendo que o país precisa de reforço dos profissionais no serviço nacional de saúde.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) saudou os representantes da ANEM e referiu-se ao subfinanciamento do ensino superior como uma preocupação do PS, que deverá merecer uma intervenção do Governo. Considerou ainda fundamental analisar a falta de médicos no interior do país, no sentido de melhorar a sua distribuição, e defendeu a necessidade de formação qualificada, entendendo que não deverá haver bloqueio de vagas para o internato, sob pena de os estudantes abandonarem o país.

A Sra. Deputada Laura Esperança (PSD) saudou os estudantes, a quem perguntou se dirigiram idêntico pedido de audiência à Comissão de Saúde. Reconheceu a importância dos dados apresentados, por serem muito recentes, e considerou errada a ideia de que Portugal só exporta médicos, lembrando que há alunos de medicina no estrangeiro que regressam ao nosso país.

Respondendo às questões, os representantes da ANEM informaram que dirigiram também um pedido de audiência à Comissão de Saúde. Esclareceram que não vieram defender a redução do *numerus clausus*, mas antes a qualidade da formação nas escolas médicas, lamentando que não exista avaliação da formação clínica, que consideram crucial. Relativamente ao internato médico, consideraram difícil assegurar esta parte da formação a todos os estudantes, caso o *numerus clausus* se mantiver.

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) reafirmou que deverão existir mais vagas no internato médico e que é necessário baixar o rácio médico/aluno e melhorar a distribuição dos médicos pelo país e ainda reajustar o número de vagas.

A Sra. deputada Diana Ferreira (PCP) defendeu a igualdade de oportunidades, reafirmando que a solução não passa pela redução do número de vagas, mas antes pela criação de condições para que todos acedam ao internato médico.

Os representantes da ANEM esclareceram que a prova nacional de seriação não avalia, servindo apenas para seriar, e lembraram que a mesma foi criada em 1972, encontrando-se desajustada de qualquer paradigma de avaliação. Defenderam a necessidade de melhorar os mecanismos de avaliação e reafirmaram ser fundamental discutir a adequação de *numerus clausus*, lembrando que em Espanha, um em cada sete estudantes não tem acesso à especialização.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) cumprimentou os estudantes e pediu esclarecimentos sobre o sistema de avaliação do ensino de medicina em Portugal, perguntando se não existe.

Os estudantes esclareceram que não existe em Portugal um sistema que certifique e que as escolas não avaliam a capacidade clínica, estando apenas previstas avaliações teóricas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

Palácio de São Bento, 03 de dezembro de 2014

A assessora da Comissão
Cristina Tavares